

CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS

DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS


ALMEDINA

 ces

Centro de Estudos Sociais

Dicionário das Crises e das Alternativas



DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS

AUTOR

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado
Universidade de Coimbra

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

Rua Fernandes Tomás, n.ºs 76, 78 e 79
3000-167 Coimbra

Tel.: 239 851 904 · Fax: 239 851 901
www.almedina.net · editora@almedina.net

DESIGN DE CAPA

FBA

REVISÃO

Victor Ferreira

PRÉ-IMPRESSÃO

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

G.C. – GRÁFICA DE COIMBRA, LDA.

Palheira Assafarge, 3001-453 Coimbra

producao@graficadecoimbra.pt

Abril, 2012

DEPÓSITO LEGAL

....

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es).

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infractor.



GRUPOALMEDINA

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado

Universidade de Coimbra

DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS

ISBN 978-972-40-4820-8

CDU 316

338

plano interno, a assunção de uma posição de hegemonia no âmbito europeu tem, paradoxalmente, vindo a ser combinada com visões tendencialmente provincianas, por vezes mesmo de cariz nacionalista. Estas têm contribuído, através da consolidação de um eixo germano-francês (“Merkozy”) dominado pela Alemanha e em condições de influenciar decididamente as tomadas de decisão, para a afirmação de um discurso político hegemónico que silencia as alternativas e, concomitantemente, para a ausência de medidas políticas europeias verdadeiramente suscetíveis de fazer frente à crise económica atual e de conduzir a uma Europa mais justa e igualitária.

António Sousa Ribeiro

Alterações climáticas

O efeito de estufa, que descreve a relação entre os gases com efeito de estufa e a temperatura média da Terra, foi comprovado laboratorialmente pelo físico John Tyndall já em 1861. Mas seria necessário esperar mais de um século até que as alterações climáticas entrassem na agenda política, nomeadamente por causa das incertezas profundas em torno das previsões do clima futuro.

Com o fim de fornecer aos decisores políticos dados objetivos que pudessem servir de base para as políticas ambientais, foi criado, em 1988, o Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas (PIAC), ao abrigo das Nações Unidas. O painel agrega milhares de cientistas e de decisores políticos, e tem por missão produzir relatórios que sintetizem o estado geral da ciência do clima. Mas a criação do PIAC não resolveu as disputas sobre a verdade científica e as políticas ambientais. Descobertas científicas suscetíveis de sustentar a regulação da atividade produtiva têm sido regularmente arrastadas do laboratório para espaços públicos de debate e deliberação. Para a contestação dos resultados científicos, contribuíram muito as campanhas de desinformação financiadas por empresas de combustíveis fósseis, assim como a contestação da parte de forças políticas conservadoras.

Apesar da polémica, foi assinado em 1997 o Protocolo de Quioto, que prevê uma redução até 2012 das emissões de gases com efeito de estufa em 5%, a partir do nível de 1990. Mas este acordo tem sido criticado por ambientalistas como sendo pouco ambicioso. Por outro lado, a ligação entre o esforço de redução de emissões e um mercado especulativo de créditos de carbono tem criado tensões crescentes com movimentos pela justiça ambiental e comunidades locais do Sul global, que se opõem à solução

de mercado por permitir que as empresas do Norte continuem a poluir. A recente introdução das florestas no mercado de carbono apenas agravará as tensões, na medida em que implica a privatização das florestas do Sul, onde vivem comunidades indígenas.

Ricardo Coelho

Alternativa

O capitalismo neoliberal será crescentemente contestado na medida em que as suas crises permitam entrever novos rumos, menos voláteis, menos imperialistas, menos dependentes de assimetrias estruturais. Em qualquer contexto sócio-histórico, as lógicas dominantes de organização da vida social coexistem com propostas de alternativa cuja premência se adensa em função de vários fatores. Assim, o imperativo de alternativas tende a ganhar força, em primeiro lugar, com o reconhecimento da insustentabilidade de um dado modelo de desenvolvimento – ou da própria ideia de desenvolvimento. Neste particular, em vista de uma galopante degradação ambiental, avulta a contradição entre a finitude dos recursos do planeta e a ilusão capitalista de uma acumulação infinita.

Em segundo lugar, o anseio de alternativas depende da possibilidade de se verterem descontentamentos e desesperos em insurgências ativas pela justiça social. Uma tal tradução, afeita a denunciar sistemas de exploração, incita a um aprofundamento democrático bem como a um pensamento pós-colonial. Num momento em que a voragem cumulativa acirra desigualdades no espaço europeu, importa que o reconhecimento da predação capitalista seja igualmente a denúncia do modelo socioeconómico que, através do colonialismo e do neocolonialismo, longamente tem exaurido o Sul global.

Em terceiro lugar, o reclamar de alternativas depende da verosimilhança atribuída a um outro mundo possível. O pensamento da alternativa reconhece hoje a falência de modelos únicos, pelo que será crucial a construção de diálogos e de inteligibilidades entre as diferentes formas de resistir à dominação capitalista no mundo. Porque nada é mais plausível do que aquilo que existe, é importante que a busca de soluções comece por valorizar experiências em que o privilégio da solidariedade e do ambiente tenham dado provas de congregarem o desígnio de vidas decentes e futuros sustentáveis. Porque nada é mais letal do que a resignação, é importante que a alternativa às crises do capitalismo não seja a submissão a mais